

NEOLIBERALISMO E O BANCO MUNDIAL: INTERFACES E INFLUÊNCIAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Silvio Cesar Nunes Militão ¹
João Lucas de Souza Maximiano ²
Maria Laura Lopes Bertasso ³

Resumo: O artigo propôs um estudo de revisão crítica da participação e impactos do neoliberalismo e do Banco Mundial nas políticas educacionais do país. Tanto o Banco Mundial, caracterizado como agente defensor dos interesses do mercado, quanto o neoliberalismo, sendo a própria manifestação apologista do capitalismo, decorreram em influência direta e histórica na maioria dos países periféricos e emergentes, incluindo o Brasil. Esses impactos, em síntese, guiavam os países para adotarem agendas político-econômica contraditórias e perversas para a classe trabalhadora. O objetivo geral deste artigo foi rever sistematicamente as principais influências do Banco Mundial nos governos brasileiros mais emblemáticos no tocante às políticas públicas educacionais pós redemocratização. Quanto aos métodos utilizados, tratou-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, com análise de dados secundários de forma qualitativa. Os resultados e considerações finais apontam que a influência do Banco Mundial nas políticas brasileiras é uma constante direta, com nítidas variações da aderência de um governo para o outro de acordo com a predisposição em aderir políticas neoliberais e necessidade de crédito externo. Também foi possível diagnosticar que tais recomendações capitalistas são contraditórias e incapazes de solucionar os problemas sociais do século XXI, notadamente na área educacional, que carece de planejamento, organização, sistematização e investimentos.

Palavras-chave: Banco Mundial. Neoliberalismo. Educação. Governos Brasileiros. Políticas Públicas educacionais.

Neoliberalism and the world bank: a review of the influence in brazilian educational policies

Abstract: The article proposed a study of critical review of the participation and impacts of neoliberalism and the World Bank in Brazilian educational policies. Both the World Bank, characterized as an agent defending the interests of the market, and neoliberalism being the very apologist manifestation of capitalism took place in direct and historical influence in most peripheral and emerging countries, including Brazil. These impacts in summary guided the countries to adopt contradictory and perverse political-economic agendas for the working class. The general objective of this article was to systematically review the main influences on the World Bank in recent Brazilian

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (silvio.militao@unesp.br)

² Universidade do Oeste Paulista (j.l.maximiano@hotmail.com)

³ Universidade do Oeste Paulista (marialauralopesml@gmail.com)

governments in relation to public educational policies. As for the methods used, it was exploratory and bibliographic research, with qualitative analysis of secondary data. The results and final considerations point out that the World Bank's influence on Brazilian policies is a direct constant, with clear variations in adherence from one government to the other according to the predisposition to adhere to neoliberal policies and the need for external credit. It was also possible to diagnose that such capitalist recommendations are contradictory and incapable of solving the social problems of the 21st century, with an emphasis on the educational area that lacks planning, organization, systematization, and investments.

Keywords: World Bank. Neoliberalism. Education. Brazilian Governments. Educational Public Policies.

INTRODUÇÃO

O cenário político, econômico e social no Brasil contemporâneo é um dos mais sombrios já vistos no país, fruto de um governo inepto do presidente Jair Messias Bolsonaro é agravado pela crise mundial global do COVID-19, inadequadamente gerida e coordenada pelo governo federal brasileiro. O governo supracitado adota uma agenda neoliberal e é assumidamente contrária à maioria dos direitos sociais e dos serviços essenciais, com ênfase para a área da educação que sofre constantes ataques.

Esses ataques a área educacional são diversos, perpassando de discurso danosos para as ações práticas que caminham em sentido da precarização da condição material de trabalho, retirada de investimentos, da ampliação dos órgãos de controles e muitos outros aspectos prejudiciais quando se trata de uma educação para a classe trabalhadora (SAVIANI, 1997).

Ocorre um aumento nocivo e hostil de ataques neste governo por meio de uma guerra nitidamente declarada de forma unilateral. Porém, vale ressaltar que a influência do neoliberalismo e intervenção do Banco Mundial na formulação e implementação de políticas públicas brasileiras não se iniciou agora, no caso do banco ela é existente desde a sua fundação em 1944 em Bretton Woods.

Saviani e Duarte (2012) corroboram com essa afirmação ao apontarem que o cenário brasileiro histórico tem sido suscetível a mudanças em diversos aspectos da sociedade moderna de forma gradativa e estrutural. Desta forma, governos como o de Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro estão em meio a um cenário de influência neoliberal na qual é aderida na agenda política de diferentes níveis, devido principalmente a simpatia em relação a sociedade de mercado e a ideologia capitalista.

Um conceito que define bem o atual momento em que estamos inseridos é o de “Obscurantismo Beligerante”, levantado por Duarte, Mazzeu e Duarte (2020). Para tais autores, o obscurantismo trata-se de ataques sistemáticos a todo esforço orquestrado para sair de um estado de desconhecimento e assim difundir e produzir saberes que devem estar disponíveis a todos, e é beligerante pois esses ataques são constantes e permanentes criando este sentido bélico.

Duarte, Mazzeu e Duarte (2020) defendem a tese de que o “obscurantismo beligerante” e “neoliberalismo” são faces da mesma moeda, ou seja, que se trata exatamente do mesmo fenômeno econômico e social, diferentemente de uma possível visão dualista e deturpada que acredita em uma face sombria (ruim) e uma face iluminada (boa) respectivamente.

Com base neste contexto real que é fruto de múltiplas determinações, foi estabelecido como problemática o seguinte questionamento: ocorreu influência neoliberal do Banco Mundial nos dois principais e emblemáticos governos Brasileiros (ou seja, de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, que exerceram duplos e consecutivos mandatos presidenciais) em relação às políticas públicas educacionais adotadas a partir dos anos 90?

A resposta prévia utilizada como hipótese parte da premissa que o Banco Mundial exerce influência ativa nas políticas públicas educacionais brasileiras, já que condicionava o acesso ao investimento externo de acordo com a implementação de políticas neoliberais sugeridas aos países periféricos que obviamente precisavam de recursos no período pós segunda guerra mundial.

O objetivo geral deste artigo foi rever sistematicamente as principais influências no do Banco Mundial nos governos brasileiros supracitados em relação às políticas públicas educacionais. Para alcançá-lo, foi necessário desenhar três objetivos específicos, são eles: compreender o neoliberalismo e sua visão sobre a crise educacional; levantar a relação do Banco Mundial e sua influência nas políticas educacionais e, por fim, rever as influências neoliberais nas políticas educacionais no Brasil.

Este estudo se justifica pela sua relevância para refletir a educação como um ato ético e político, assim como defende a teoria educacional da Pedagogia Histórico-Crítica, portanto, está destinado para a sociedade em sua totalidade, com ênfase para acadêmicos e profissionais que se debruçam com viés crítico ao neoliberalismo e as orientações do Banco Mundial. Será útil, também, para uma avaliação mais crítica das principais políticas educacionais deflagradas no país e

poderá, assim, auxiliar como ponto de partida de reflexão para elaboração de novas políticas públicas mais equânimes em ambientes democráticos e de direito.

t

Para tanto, este estudo valeu-se da pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) contemplando a coleta e análise de diferentes fontes como artigos, dissertações, livros e teses que articulam as temáticas de neoliberalismo, Banco mundial e políticas públicas educacionais nos diferentes governos brasileiros. Cervo, Bervian e Silva (2007) definem que esse tipo de pesquisa tem como essência explicar e compreender um assunto e responder uma problemática a partir de referências teóricas anteriormente publicadas.

Vale ressaltar que ao adotar esse escopo metodológico descrito, pode-se afirmar que a totalidade do material analisado e revisado advém de fontes secundárias, ou seja, são frutos da massa-crítica já acumulada pela humanidade em outros momentos. Destaca-se que essas fontes são riquíssimas, pois contribuem para a maioria dos trabalhos científicos (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

O artigo está organizado através de subdivisões, sendo elas: a introdução, na qual se apresenta os objetivos, problemática e passos metodológicos do estudo empreendido; na sequência, passa-se à fundamentação teórica do estudo, com o correspondente tratamento histórico-conceitual e análise crítica do neoliberalismo, do Banco Mundial e de suas influências no campo educacional; e por fim, apresentam-se as concernentes considerações finais.

A VISÃO DO NEOLIBERALISMO SOBRE A EDUCAÇÃO

Indiscutivelmente, o cenário político, econômico e social brasileiro no tempo presente é marcadamente de recrudescimento neoliberal, ideário hegemônico desde a década de 1990 em escala mundial e que exerce forte influência sobre as políticas sociais, notadamente na área educacional.

Tal ideário, surgido logo após o fim da Segunda Guerra Mundial como uma reação teórica e política contra o chamado Estado de Bem-Estar Social, “[...] postula a liberação total do mercado e a transferência de todas as áreas e serviços do Estado para a iniciativa privada”, bem como “[...] a diminuição de gastos do fundo público em políticas públicas e sociais” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 100).

Advogando a tese do “Estado mínimo”, o neoliberalismo foi adotado por países de capitalismo central, como Inglaterra (de Thatcher) e EUA (de Reagan)

na virada dos anos 1980, alcançando posteriormente hegemonia planetária na década de 1990 (ANDERSON, 1996).



No caso do Brasil, particularmente, a virada para o neoliberalismo e a consequente redefinição/minimização do Estado (nos campos econômico e social) tem início no Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e ganha consistência e intensificação no duplo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). Desde então, “[...] o país tornou-se o reino das reformas institucionais – a começar pelo Estado e pela educação – bem como da privatização das empresas estatais” (SILVA JÚNIOR; FERRETI, 2004, p. 29).


Portanto, as políticas educacionais deflagradas/em curso a partir de meados dos anos noventa só podem ser compreendidas no bojo do quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas e sociais que caracterizam o mundo contemporâneo.

O consenso de Washington surgiu como uma proposta para ajudar países em desenvolvimento, em que intuições como o Banco Mundial e o FMI financiaram o desenvolvimento desses países, desde que seguissem determinadas orientações. Quando falamos no consenso de Washington dentro da educação, o autor Gentili (1998) traz alguns questionamentos que nos guiam para o entendimento de como o neoliberalismo enxerga a crise na educação, são eles: Como os neoliberais entendem a crise educacional? Quem são, segundo essa perspectiva, os seus culpados?; Que estratégias devem ser definidas para sair de tal crise? Quem deve ser consultado, nessa perspectiva, se se pretende encontrar algumas soluções para os problemas que a escola enfrenta atualmente? (GENTILI, 1998).

A crise na educação para os neoliberais é uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, portanto, os países com problemas educacionais estariam enfrentando um problema de gerenciamento. Percebe-se que esse discurso quer inviabilizar o poder público de administrar as escolas (GENTILI, 1998).

Na ótica neoliberal, essa crise expressa a incapacidade estrutural do Estado para administrar as políticas sociais. Esse fato sendo um atributo geral do assistencialismo estatal, expressa-se com uma peculiaridade própria no campo educacional: a crise de produtividade da escola não sintetiza outra coisa senão a crise do centralismo e da burocratização próprias de todo estado interventor (GENTILI, 1998, p.17).

Os neoliberais utilizam disso para alegar que os governos não foram capazes de democratizar a educação e muito menos capacitar os professores para



trabalharem nas escolas. É notável a manobra de inviabilizar o governo a administrar as instituições educacionais até os dias atuais. Fazem esse processo de sucateamento para que as pessoas acreditem que a melhor forma de mantermos as universidades funcionando é com a privatização delas.

Esse discurso é dividido pelo texto em três premissas para o nosso melhor entendimento, explica o autor: a) Os governos não apenas foram incapazes de assegurar qualidade e quantidade, como, ainda, eles são estruturalmente inaptos para combinar essas duas dinâmicas; b) A expansão dos serviços educacionais é um objetivo já conquistado por quase todos os países da América Latina, sendo os índices de exclusão e marginalidade educacional uma expressão clara da falta de eficiência do sistema e não da escassa universalização; c) A possibilidade de combinar qualidade e quantidade com critérios igualitários e universais é uma falsa promessa dos estados interventores e populistas (GENTILI, 1998).

A crise educacional ocorre porque, para essa premissa, a escola não institucionalizou os critérios de competitividade que garantiriam uma distribuição diferencial do serviço, que se fundamente no mérito e no esforço individual dos usuários do sistema. Nesse ponto, podemos observar que determinados conceitos adquirem centralidade na discussão proposta, como “educação como um comércio competitivo”, “meritocracia” e “esforço individual”. Só com esses três conceitos conseguiram ter um norte das premissas que baseiam o neoliberalismo (GENTILI, 1998).

Outro ponto levantado por Gentili (1998) é que a falha governamental que gera essa crise na educação não é por falta de recursos – aqui podemos fazer um contraponto utilizando do próprio Saviani (1997) que traz que um dos fatores para melhor a educação é justamente analisar os recursos voltados a educação e investir mais na mesma. Para o neoliberalismo, a crise da educação é meramente decorrência de uma má administração dos órgãos governamentais. Ou seja, não falta dinheiro, falta direcionar esse investimento de forma mais eficaz.

Objetiva-se, assim, transformar a educação em mercadoria e tirá-la da esfera política, negando-a como direito social. Gentili (1998, p. 20) assevera então: “É nesse marco que se reconceitua a noção de cidadania, mediante uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário que elege, opta, compete para ter acesso a um conjunto de propriedades-mercadorias de diferentes tipos, sendo a educação uma delas”.

E sobre quem o neoliberalismo responsabiliza pela crise? O autor traz que o estado interventor, os sindicatos e a sociedade com seu coletivismo reverberam um estado falsamente paternalista.

Dito de maneira simples: a escola funciona mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento e investem pouco em seu “capital humano”; os professores trabalham mal e não se atualizam; os alunos fazem de conta que estudam, quando, na realidade, perdem tempo etc. A sociedade não apenas sobre a crise da educação. Ela também produz e reproduz (GENTILI, 1998, p.22).

O neoliberalismo diz que a solução não virá, ilusoriamente, do governo, mas que cada indivíduo deve tomar seus espaços e parar de esperar soluções do estado. A mudança vem com cada um desempenhando seu papel e reconhece que é responsável também por essa crise. É nítida a tentativa de retirada das camadas governamentais, a descentralização, a responsabilização do estado no sentido de falho e incapaz de administrar.

Quais as soluções então? Após o diagnóstico feito pelos neoliberais, quais as propostas apontadas por eles? A necessidade de estabelecer mecanismos de controle de qualidade; A necessidade de articular e subordinar a produção do sistema educacional às demandas que o mercado de trabalho formula (GENTILI, 1998).

O primeiro objetivo garante a materialização dos citados princípios de mérito e da competição. O segundo dá sentido e estabelece o horizonte das políticas educacionais, ao mesmo tempo em que permite precisar os critérios necessários para avaliar a pertinência das propostas de reforma escolar. Estabelecimento de critérios de qualidade, dinamizar o sistema, prêmios e castigos que estimulem a produtividade (GENTILI, 1998).

Agora, o papel das políticas de ajustes promovidas pelo consenso de Washington. Nelas, o foco volta-se para a forte descentralização dos sistemas educacionais, transferindo responsabilidades para níveis cada vez mais micro sem, no entanto, abrir-se mão dos mecanismos de controle, cujas seguintes estratégias se destacam: a) desenvolvimento de programas nacionais de avaliação dos sistemas educacionais altamente centralizados em seu planejamento e implementação (provas de rendimento); b) no planejamento hiper centralizados de reformas curriculares a partir das quais se chega a estabelecer os conteúdos básicos de um currículo nacional; c) na implementação de programas nacionais de formação de professores que permitem a atualização dos docentes, segundo o plano curricular estabelecido na citada reforma. Baseia-se, assim, na visível e

contraditória centralização do controle pedagógico e descentralização dos mecanismos de financiamento e gestão (GENTILI, 1998).

t

Se o neoliberalismo parte do pressuposto que o estado, o sindicato e a sociedade têm culpa da crise, quem sobra para recorrermos a uma possível melhora na crise? Os homens de negócios. O neoliberalismo, com sua ideia de mérito e individualismo, recorre a toda e qualquer pessoa que “se deu bem”. Para atender todas as demandas necessárias, o texto se refere aos “experts”, chegando ao ponto principal do nosso trabalho. Quem melhor do que o Banco Mundial para ter todos esses tipos de expert. Globalização de intelectuais nesse sentido (GENTILI, 1998).


Todas as estratégias vistas pelo neoliberalismo servem para o desenvolvimento de um capitalismo que já obteve sucesso. Nessa perspectiva da educação, o Banco Mundial não vem somente como um fundo de crédito, mas exercendo função político-estratégica fundamental. Esses órgãos de fomento têm grande influência quando se diz respeito a corte de crédito, ou seja, investem fortemente em programas de privatização e ainda ameaçam cortar os créditos dos países da América Latina. Em suma, com o império do neoliberalismo as escolas tendem a ser mais excludentes, não sendo direito social de todos e ainda tendo órgãos de grande poder como seus apoiadores.

BANCO MUNDIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O Banco Mundial (doravante BM) foi fundado em 1944 na conferência de Bretton Woods. O BM além de possuir muito volume nos seus investimentos tem influência estratégica no processo de reestruturação neoliberal nos países em desenvolvimento, tendo muita influência no mercado mundial.

Soares (2000) e Torres (2000) exibem a quantidade de financiamentos para o desenvolvimento internacional feito até os anos de 1990. O BM é composto por um conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento). Entre essas instituições além do BM tem-se: GEF (Fundo Mundial para o Ambiente), IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), IFC (Corporação Financeira Internacional), ICSID (Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos) e MIGA (Agência Multilateral de Garantia de Investimento).

Desde sua criação o BM sofre constantes influências dos EUA (Estados Unidos da América) e por sua vez, auxiliá-lo na execução de sua política externa.



Os estatutos do BM estabelecem que a influência nas decisões seja proporcional à participação no aporte de capital de cada país, isto tem assegurado ao EUA a presidência do BM desde a sua fundação (SOARES, 2000; TORRES, 2000).

A autora Soares (2000) aponta como balanço de anos de operação e empréstimo um resultado negativo, devido ao financiamento de um desenvolvimento desigual e perverso socialmente que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente.

No Brasil o BM também teve muitas influências na formulação de políticas, até o final dos anos 70, marcou-se como ênfase a “expansão da economia”. A partir dos anos 70, passa-se a ter o BM no processo de desenvolvimento brasileiro financiando a modernização, que em linhas gerais contribui para a centralidade da renda no país e danos ao meio ambiente (SOARES, 2000; TORRES, 2000).

Nos anos 80 com a emergência da crise e do endividamento, o BM começou a impor políticas de estabilização para o Brasil, a qual avançou para além de orientação política e também acabou influenciando na própria legislação brasileira. Essas políticas estimuladas pelo BM e acordadas com o FMI levaram o Brasil no início dos anos 90 a uma miséria e exclusão social de 40%, fruto de programas de liberalização e desregulamentação da economia brasileira.

Inicialmente a estrela era o Fundo Monetário de Investimentos (doravante FMI) e ao BM caberia apenas auxiliar na reconstrução das economias destruídas pela guerra e para promover empréstimos de longo prazo para o setor privado. As transformações profundas no cenário internacional modificaram a atuação do BM, tornando-o banco que financia os países em desenvolvimento (SOARES, 2000; TORRES, 2000).

Dada a situação de crise e extrema vulnerabilidade dos países endividados que tiveram interrompido o investimento dos bancos privados, o BM passou a impor uma série de condicionamentos para concessão de novos empréstimos (tal como FMI). Em resumo, neste período o BM passou a interferir nas políticas internas dos países e influenciar na legislação. Esse novo papel do banco reforçou a sua capacidade de impor políticas dado que, sem o seu aval e o do FMI, todas as fontes de crédito internacional são fechadas, o que torna muito difícil a resistência de governos eventualmente insatisfeitos com a nova ordem (SOARES, 2000; TORRES, 2000).

INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS



Como precisamente sintetizam Mota Júnior e Maués:

Há cerca de duas décadas, organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm orientado as políticas educacionais nos países periféricos com o objetivo de responder, dentro dos limites do campo educacional e de sua possibilidade de alcance, à crise estrutural do capitalismo desencadeada nos anos de 1970 [...] (MOTA JÚNIOR; MAUÉS, 2014, p. 1139).

Assim, o BM, principalmente, influenciou consideravelmente nas políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC) no período de 1995 a 2002⁴. Havia um claro alinhamento entre os membros do governo no MEC, sendo que alguns deles inclusive já haviam trabalhado na BM, e que tinham como proposta para as reformas educacionais uma ênfase para o ensino fundamental, que se tornou ainda mais evidente com a criação do FUNDEF⁵, atualmente FUNDEB⁶. (MOTA JÚNIOR; MAUÉS, 2014).

Entre as propostas para a educação básica se deu a descentralização da gestão das escolas, as responsabilizando pelo desempenho de seus alunos que eram avaliados a partir de parâmetros externos que tiram a ênfase no currículo mínimo, racionalizando gastos, inserido parcerias público-privadas e precarizando o trabalho com voluntariado.

E a centralização dos sistemas de avaliação como forma de fixar padrões de desempenho e induzir aos resultados esperados pelas escolas e pelos alunos. É nesse contexto que são implantados o

⁴ Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), FHC presidiu o País em duplo mandato consecutivo, no octonado 1995-2002.

⁵ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela Lei nº 9.424/96, “[...] de natureza contábil e de âmbito estadual, reunia automaticamente 15% (60% dos 25% constitucionalmente vinculados à educação) de impostos e transferências (ICMS, FPE, FPM, IPI -Exportação e LC 87/96) pertencentes a cada estado e seus respectivos municípios, aos quais retornavam proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes de ensino fundamental” (MILITÃO, 2011, p. 125).

⁶ Criado pela Emenda Constitucional nº. 53/06 e regulamentado em definitivo pela Lei nº 11.494/2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), nos mesmos moldes do Fundo precedente, também estipulou, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, “[...] a subvinculação de parte (80% de 25%) dos recursos constitucionalmente destinados à educação, que retornam para os entes federados em valores proporcionalmente relativos ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino”, porém, com o avanço da ampliação de sua abrangência, ao contemplar toda a educação básica e não somente o ensino fundamental (MILITÃO, 2011, p. 126-127).

Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 1990, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de 1998, e o Exame Nacional de Cursos (ENC), criado em 1995. Segundo Carlos Roberto Jamil Cury (1996), a própria LDB n. 9394/96 reflete essa perspectiva de descentralização em termos da flexibilidade do planejamento e da gestão administrativa e financeira que são repassados à escola e a forte centralização na avaliação, entendida como controle de resultados e fixação de padrões de desempenho (MOTA JÚNIOR; MAUÉS, 2014, p.1140).

O BM reconhece publicamente a importância das reformas educacionais para consolidar a democracia liberal e promover a estabilidade política. Em 1990 sua influência foi significativa, principalmente no ensino superior em aspectos como sua concepção e operacionalização de legislação, financiamento público, natureza institucional e diversidade de fontes de recursos. Todas as questões que foram trazidas quando estávamos discutindo o texto do Gentili (1998), aqui começamos a ver na prática as estratégias sendo instauradas no país (MOTA JÚNIOR E MAUÉS, 2014).

Segundo Leher (1999 apud MOTA JUNIOR; MAUÉS 2014, p.1142) “o Banco Mundial tornou-se uma espécie de ministério da educação dos países periféricos ao estabelecer condicionalidades em termos das políticas sociais a serem adotadas pelos países tomadores de empréstimos do FMI e do BM”. Neste período histórico, grande parte dos países periféricos estavam passando por uma descolonização periférica e sendo disputados pelos EUA e pela União Soviética, porém essa possibilidade de recurso e assessoria oferecida pelo BM colocava grande parte destes países na órbita do capital e sendo inserido no processo de globalização neoliberal.

Essa globalização neoliberal significou no Brasil, a partir do governo Collor de Melo (1990-1992), o início da agenda de privatizações e desmonte do estado social, reverberando na educação básica e superior mediante o avanço do setor privado, precarização do público, introdução de muitos valores do mercado na gestão educacional, financiamento, avaliação e a produção do conhecimento.

Indo além de comparações estatísticas, Mota Júnior e Maués (2014) partindo por meio da análise de Bruns, Evans e Luque (2011) pontuam que tais autores em diversos momentos salientam sobre os sistemas de mecanismos de avaliação (SAEB, Prova Brasil, IDEB, ENEM, Provão e ENADE) constituídos nos governos de Cardoso e Lula⁷ como importantes elementos que contribuem

⁷ Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para um duplo mandato presidencial (2003-2010), dando início a era dos governos democráticos populares do PT à frente da condução política do país. Mesmo amainando a agenda neoliberal e conferindo primazia às políticas sociais no Brasil

para orientação dos esforços técnicos e financeiros, incentivando sobremaneira a meritocracia no âmbito da escola. Vale destacar que dentre os indicadores não há nada que denote, de fato, uma verdadeira preocupação com a efetiva relação ensino-aprendizagem, o que evidencia o gritante alinhamento de ações educacionais nacionais com a perspectiva do BM.

O BM influenciou/auxiliou, consideravelmente, na construção do tripé da nova regulação educacional da América Latina, sendo que no Brasil é possível e nítido visualizar as transformações com o avanço do tempo e suas operacionalizações. O BM simboliza um órgão intelectual orgânico para o capital, por isso aqueles posicionados mais inclinadamente a movimentos sociais não compartilham da mesma visão de mundo, sociedade e de educação. Os intelectuais orgânicos críticos apresentam avaliações opostas aos resultados, porém não negavam os elementos centrais das transformações que são reconhecidas por ambos. O documento do BM que exhibe uma agenda não é mera análise e elogios às políticas implementadas de forma desinteressada, muito pelo contrário, trata-se de um plano de continuar influenciando e “auxiliando” o Brasil no âmbito da educação e assim fortalecer a sua hegemonia social e econômica, conforme se evidencia no sumário do documento *Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda*. Além disso, é bastante visível no documento uma perspectiva da educação como formadora de mão de obra para atender as necessidades de mercado capitalista do século XXI (MOTA JÚNIOR; MAUÉS, 2014).

Os autores supracitados (2014, p.1147) também trazem que essa instituição dizia que o sistema educacional deve desempenhar três papéis: 1) o desenvolvimento de “habilidades da força de trabalho para sustentar o crescimento econômico”; 2) o desenvolvimento de “habilidades da força de trabalho para sustentar o crescimento econômico”; e 3), porém mais importante, o sistema deve estar voltado para o papel de “transformar gastos na educação em resultados educacionais”. Novamente é nítida a visão do BM para uma escola com visão mercadológica. Indiscutivelmente o documento do BM possui suas raízes fincadas na teoria do capital humano, na qual um aumento de educação, instrução e treinamento significaria um aumento da produtividade com indicativos com base nos conhecimentos, atitudes e habilidades. Outra concepção que o banco estabelece para a educação, além da função ideológica de preparar para o capitalismo, é que a educação tem como função combater as desigualdades

(SALA; MILITÃO, 2020), o governo Lula (2003 a 2010) destaca-se pela mudança de proeminência nas políticas educacionais do período, mas sem romper substancialmente com a lógica implantada pelo governo precedente.

e a marginalidade social, assim é apontado no documento os índices de Gini e comparações com países desenvolvidos, como EUA e Canadá.

Mota Júnior e Maués (2014, p.1148) destacam que “tais proposições revelam a perspectiva (neo)liberal defendida pelo BM em relação ao papel do Estado. No Brasil, como assinalamos, essa concepção de educação dos organismos internacionais se difunde por meio da Reforma do Estado e por legislações complementares”. O diagnóstico do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) trata-se de relações público-privado que o estado deveria cumprir sobre a crise fiscal⁸ nacional e internacional de 1990, entendendo-a como a causa básica da crise econômica.

Os autores supracitados ainda expõem que:

Em decorrência de todos esses posicionamentos, seria óbvio que, em relação ao financiamento, o Banco Mundial argumentasse que o problema da educação no Brasil não fosse de falta de recursos financeiros, mas de problemas na sua gestão. Além de defender que o país gasta muito com educação superior e que perde muitos recursos com a corrupção, o Banco se alinha ao setor privado na atual polêmica sobre o patamar de investimentos em relação ao PIB que o Brasil deve investir na educação durante a vigência do Plano Nacional de Educação [...] (MOTA JÚNIOR; MAUÉS, 2014, p. 1149).

Essa racionalização do financiamento, mecanismos sistêmicos de avaliação e parcerias público-privada são instrumentos para se colocar em prática/continuidade os planos políticos do BM no Brasil com base na teoria do capital humano e com o intuito de gerar crescimento econômico e formar colaboradores que aumentaram a produtividade, o que se coaduna fortemente com a visão mercadológica e dista consideravelmente dos objetivos ligados diretamente ao que defende a Pedagogia Histórico-Crítica, na qual o intuito de formação deve ser para atingir o desenvolvimento integral do ser.

A educação de nível mundial que supostamente o Brasil estaria atingindo por meio das políticas adotadas nos governos Cardoso e Lula da Silva precisa ser problematizada, uma vez que os “inegáveis” avanços nos indicadores destacados pelo BM escondem elementos cruciais da realidade objetiva, dentre os quais se elencam: altos níveis de analfabetos funcionais, elevada violência nas escolas, baixos salários dos profissionais da educação, acompanhado de uma condição de precarização do trabalho devido ao insuficiente financiamento público.

⁸ Crise fiscal: se entende a perda do crédito público e a poupança pública negativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável e preocupante a intencionalidade do discurso que emerge da análise da documentação disseminada pelo Banco Mundial, que vem no intuito de responsabilizar o Estado pelas graves falhas na gestão da educação, retirando assim de cogitação que seja também um problema de cunho financeiro. Essa visão busca fazer crer que de fato é um problema continuar a deixar determinadas esferas na mão do Estado, tal qual se mostrou quando o BM apregoa fortemente a descentralização da educação.

A partir dessa lógica recorre-se a orientações dos órgãos internacionais para “resolver” o problema, com o auxílio de muitos especialistas que trabalharam diretamente com o ministério da educação do país. Esse auxílio e trabalho em conjunto se configuram em uma influência direta na formulação e implementação das políticas públicas educacionais brasileiras nos governos com ênfase a partir da década de 1990.

Evidencia-se também como parte dos resultados que ocorre uma distorção dos reais problemas educacionais com nítidas motivações ideológicas que resultam no acentuamento das desigualdades, concentração de renda e aumento da violência. Vale destacar que se compreende, no plano da perspectiva de sociedade e educação por nós defendida, as raízes do problema da educação como sendo a histórica carência de adequado investimento, a ausência/descontinuidade de planejamento de longo prazo para o setor (política de Estado) e a devida valorização deste direito tão essencial.

As maiores contribuições deste trabalho são no sentido de gerar reflexões “dos quais” e “nos reais” motivos para a educação brasileira se encontrar em déficit. O intuito de nos levar a repensar a influência, interesses e consequências neoliberais trabalham em prol de um desvelamento da consciência social, ética e política que devemos ter como cidadãos que desejam uma educação de qualidade socialmente referenciada e acessível a todos.

A educação pode gerar a emancipação da população, a influência neoliberal por meio das orientações do Banco Mundial auxiliou em diminuir a importância da formulação de um planejamento educacional de nível nacional, assim como defende a Pedagogia Histórico-Crítica. Vale destacar que essa aderência às orientações do BM varia de acordo com a predisposição capitalista de cada governante brasileiro e a sua necessidade de crédito externo.

Pelo estudo empreendido, pode-se afirmar que tais recomendações ideológicas que buscam conferir liberdade total ao capital à custa da supressão de

direitos essenciais da classe trabalhadora, simboliza a essência da lógica neoliberal, ou seja, além de ser contraditória e ineficaz para solucionar os problemas sociais contemporâneos, tem como efeito colateral a privatização em massa de estatais, sucateamento/desmonte do estado, acirramento das desigualdades e tantos outros aspectos negativos.

Por fim, aponta-se para a necessidade e relevância de estudos vindouros que tratem de maneira mais acurada das influências do Banco Mundial atinentes à formulação e implementação das políticas educacionais no contexto dos governos nacionais instalados a partir da significativa inflexão no cenário político-institucional ocorrida em 2016, com Michel Temer ⁹ - empossado Presidente da República de forma definitiva após consumação do golpe jurídico-midiático-parlamentar que apeou Dilma Rousseff do referido posto - e Jair Bolsonaro ¹⁰ - símbolo emblemático da força da aliança liberal conservadora no cenário nacional contemporâneo - demarcando a guinada do país em direção a um neoliberalismo extremado e regressivo, com o correspondente exame das recomendações específicas para a área educacional emanada a serviço do capital, o que excede os objetivos e limites deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BASTOS, R. M. B. Brito; ROCHA, A. R. M. **A circularidade do autoreferencial teórico do banco mundial em suas pesquisas educacionais e seus projetos**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, v. 21, n. 2, p. 322-333, 1 ago. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA, Roberto Da. **Metodologia científica**. 6^o. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:

⁹ Michel Miguel Elias Temer Lulia, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anteriormente (até o final de 2017) designado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em função do processo de impeachment, assumiu interinamente a Presidência da República a partir de 12 de maio de 2016. Com a aprovação da cassação do mandato de Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016, Michel Temer foi empossado Presidente da República de forma definitiva, cujo mandato encerrou-se em 31/12/2018.

¹⁰ Jair Messias Bolsonaro elegeu-se à Presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), do qual se desfilou em novembro de 2019, mantendo-se sem legenda partidária até o presente momento.

<http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050476/page/s/_5>. Acesso em: 03 nov. 2017.



DUARTE, Newton; MAZZEU, Francisco José Carvalho; DUARTE, Elaine Cristina Melo. (2020). O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira. **Revista on Line De Política E Gestão Educacional**, 24(esp1), 715-736. <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13786>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.º. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. P.13-39.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. FUNDEB: mais do mesmo? **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 18, n. 19, p. 124-135, jan./abr. 2011.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUES, Olgaíses Cabral. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. Educ. Real., Porto Alegre , v. 39, n. 4, p. 1137-1152, dez. 2014.

SALA, Fabian; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: análise da materialização em Anhumas/São Paulo. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p.421-438, jul./set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5)

SAVIANI, Dermeval; DUARTE Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas- SP. Autores Associados, 2012.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; FERRETI, Celso João. **O institucional, a organização e a cultura da escola**. São Paulo: Xamã, 2004.

SOARES, Maria Clara Couto. **Banco Mundial: políticas e reformas**. In: TOMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-39.

TORRES, Rosa Maria. **Melhorar a qualidade da educação básica?** As estratégias do BM. In: TOMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio

(Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2000.
p.125-193.



Recebido em 12 de agosto de 2021

Aprovado em 03 de janeiro de 2022